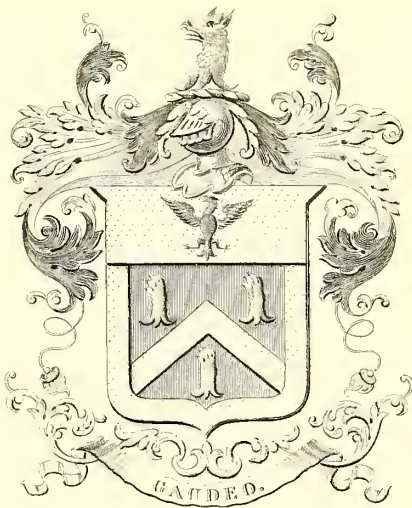


*Am Philoso Society*



John Carter Brown  
Library  
Brown University





e Poavações aquelles Portuguezes maus, cuja existencia nellas se reputa cauza das dezordens, remetendo-os em custodia ao Governo, que lhes dará o destino, que setem dado a outros.

XVIII. Que o Governador das Armas recomende debaixo da mais stricta responsabilidade aos Commandantes dos Batalhões a disciplina, e subordinação dos seus Soldados, não poupando occasião de os castigar por suas faltas, e delictos, e fazendo-os occupar em frequentes, e aturados exercicios, unico meio de os adestrar, e conter.

XIX. Que se não dê posse, e exercicio a subdito algum nascido em Portugal, que vier despachado para esta Provincia, sem que primeiro se represente submissamente a S. M. I. os ponderozos motivos, que houverem para se não cumprir o Despacho, a fim de que o mesmo Augusto Senhor se Digne de o revogar.

XX. Que o Governo Provisorio faça levar a prezente Acta á Augusta Presença de S. M. o

Imperador, em testemunho dos sentimentos desta Provincia, que será constantemente firme nos principios da Monarchia Constitucional, que tem proclamado, e jurado, a fim de que S. M. se Digne de dar as providencias, que submissamente lhe rogamos, e de conhecer a absoluta necessidade, que tinhamos de tomar incontinentemente as medidas aqui estabellcidas. E bem assim, que o mesmo Governo proclame immediatamente aos habitantes desta Provincia segundo o espirito das Deliberações tomadas finalmente que seja annexa Acta registada no Livro, que serve para as da Camara desta Cidade, sendo depois de impressa remetidos exemplares della, a cada hum das Camaras da Provincia para sua intelligencia.

( Seguirão-se as listas N.º 1, e 2 referidas nas deliberações setima, e oitava, e a seguinte declaração. )

*Seguirão-se muitas Assignaturas; do Governo, Camara, Relação, Empergados Civis e Militares, e mais Cidadãos.*

(1) Extrahido do Independente Constitucional N. 79 de 22 de Dezembro de 1823.

1823  
*Sr. Redactor.*

Como o estado, em que flutuão as noticias de Pernambuco, tem feito vacilar-se nesta Côrte, sobre quaes serão as verdadeiras; nada parece mais claro para demonstrar os crimes da celebre Junta Provisoria, do que a Representação seguinte; que foi feita por hum prezo, de nome Jacinto Moreira Severino da Cunha, e apresentada á mesma Junta.

### REPRESENTAÇÃO.

Illustrissimos Excellentissimos Senhores.

**N**ADA ha mais digno de admirar-se, do que a energia, com que tem marcado esta Junta as providencias para acautellar os males desta Provincia; providencias taes, que em lugar de porem termo ás rivalidades, pelo contrario, ellas só tem servido de dispor os animos para se dissolar a nossa cara Patria nos impulsos terriveis da mais sanguinolenta guerra civil. E quem serão, Senhores, os concorrentes de tão irreparavel damno? Monstros imperceptiveis aos simplisimos conhecimentos d'essa Junta; que com sentimentos d'aristocratas tem-se entroduzido nos negócios da Provincia á titulo de bons Cidadãos, para simentarem o veneno, que conservão nos seus impuros coraçoes. E d'esta forma continúa progressivamente entre os Cidadãos a discordia, a irritação de animos, e a desunião, thé que de huma vez se finem as forças moraes, unica bazé, que a fazião respeitar. E será possivel, que essa Junta queira de propósito ver a Provincia exalar os ultimos suspiros? Não, Excellentissimos, Reforma, reforma. E vejão VV. Excellencias que correm a precipitar-se no abismo o mais profundo.

Esse Governo nenhuma medida tem tomado, que não seja infringindo as Leis civis, as Leis patrias, e o direlto das gentes.

A infracção das Leis sempre foi perigosa em todos os seculos: ella tem sido a destruição dos Thronos, dissolaçoens das Cidades, a estragação dos costumes, e o desmancho das Sociedades.

Costumes, Sociedade, e Lei, são que sustentão, como Colunas equilibradas, o pezo de huma Monarchia, Demolidas estas pelo pouco zelo dos Representantes do Imperante, já mais se podem ellevar ao seu antigo auge; porque o estampido do seu abatimento faz bambarlear athé os álicerces.

Queirão portanto VV. Excellencias analysar o principio d'este exbôco com a mais seria reflexão que d'elle colherão os mais sólidos principios de moralidade; que talvez sirvão de modelo, ou regra para se dirigirem nas actuaes commoções. E como seja livre á qualquer Cidadão manifestar os seus sentimentos com conhecimento de causa; permita esse Governo, que se-lhe classifiquem os abusos, á que se tem proposto em abandono da Lei.

Essé Governo illudido de servís adulladores, e aristocratas, desligou-se do Governo das Armas, de quem se não devia desassociar. Eis o principio da desgraça da Provincia: e impollado o germen da discordia, rebentou em a guerra civil, plantada por essa mesma



Junta ; e que politica ! . . . Graças á moderna , que tanto tem sublimado seus conhecimentos.

O passo , que derão VV. Excellencias em evacuem a Capital , prometia successos ainda mais terriveis , se a mão poderosa não puzesse limite á voracidade de hum pôvo sem governo. E ainda mais criminoza se fez essa Junta no chamamento das tropas , ficando vazios seus Quartellamentos ; suas prizões arrombadas ; seus Cofres roubados ; as armas de reserva extraviadas ; as Secretarias invadidas ; os pontos das guardas desamparados ; a polvora gasta , e dilapidada ; privados os lucros da Provincia pela exportação do Comércio ; e finalmente arruinados os petrechos de guerra , e todo o fardamento da Tropa.

Este montão de crimes , marcados no Regulamento , e Leis Militares , admira ainda mais aos olhos do publico em encarcerarem-se Cidadãos , que não tiveram parte no parto ; ficando preservados thé hoje os monstros e aggressores do horroroso attentado ; os quaes , apoiados do fatal escudo da injustiça , servem com improbo character de algozes á innocencia opprimida. E hé possivel que esse Governo ainda conserve a tantos Cidadãos encarcerados , outros em segredos , feitos victimas do vilipendio , de improperios , e despotismo , calcando-se aos pés as Leis , o fiel Retrato do supremo Imperante !!!

Tem esse Governo exarado em requerimentos de prezos os mais cerebrinos , e pueris despachos , ora *mandando informar* aos Officiaes que os recolherão ; outra hora ; *á seu tempo será deferido* ; e outra *hora espere pela Devassa* , &c. Por ventura não he da obrigação do Official dar logo parte da prizão , de que he encarregado , logo que se ella faz ? Como pois manda ainda esse Governo informar ? E qual o tempo , em que serão deferidos ? Acazo serão os prezos obrigados a esperar por huma Devassa nulla , imitadôra das obras de Santa Engracia , que pelos seus errados principios nunca se ultimarão ? Ora , Excellentissimos Srs. , o povo desta Provincia não quer mais sofrer tantos ataques , porque elles sojeitarão-se ás Leis , e não á tão rigidos despotismos.

A Lei nunca auctorizou ás Auctoridades para conservarem homens prezos mais de oito dias ; e ainda assim , estes são applicados conforme os crimes : porque sendo o cazo de Devassa , pelo qual houve lugar á prizão antes de culpa formada , se deve mandar logo proceder á ella no prefixo termo de oito dias ; e no de dous , sendo cazo de querella. Findos estes termos , se deve logo mandar soltar o prezo indefectivelmente , sem mais apellação , nem aggravo. Como pois conserva essa Junta tantos prezos á mais de vinte dias sem culpa formada ? sem terem cometido crimes ? Pois os pacificos Cidadãos devem sofrer huma prizão afflictiva para purgarem os procedimentos criminozos d'essa Junta ? Que fatalidade ! Pois essa Junta supoem-se prezervada de punição ?

Creião , VV. Excellencias , que cada hum Cidadão offendido , he hum Campeão centimano em defeza de seus sagrados direitos , espiadôres dos enormes crimes d'essa Junta. Pois essa Junta pertende illudir as sabias vistas do Ministerio ? dos Politicos , e dos Prudentes , com tantos embustes quaes os que tem feito apparecer nas mendacissimas folhas Pernambucanas N.º 9 , e 10 ? Que vergonha para a Provincia de Pernambuco !



Como poderá essa Junta occultar o conselho, á que procederão em a Villa do Cabo, tractando sobre a entrada que deverião fazer nesta Praça, quando decidirão VV. Excellencias mesmos, que se devera atacar á fogo, e á ferro? Não foi a Cavallaria do infame Martins a primeira, que atacou o Quartel da Artilharia? Acazo não será tão natural a dêfeza? Como dizem VV. Excellencias, e seus satellites, que a Artilharia fôra quem os atacára? Em fim, Excellen-tissimos Srs., em vão pertendem VV. Excellencias offuscar esta verdade.

Se o Governador das Armas pertendesse fazer a desgraça da Provincia, não teria guarnecido seus pontos, para repellir a corja, que acompanhava a essa Junta? Como dizem estes monstros, e VV. Excellencias, que o Góvernador das Armas fôra quem promovêra a guerra civil? Pois agora oução o melhor da tarefa.

O povo desta Capital não fez seu dever, e daqui vem aquelle proverbio antigo = Quem a seu inimigo poupa, nas mãos lhe morre = O povo de melhores sentimentos desta Provincia tinha justos motivos para atacar a V. Excellencias; e nenhum mal lhe rezultaria, se ássim a fizesse; porque esta parte de homens probos não tem estado com os olhos fexados; elles estão bem ao facto do que esta Junta pertendia.

Porque razão recebendo esta Junta a Portaria de S. M. I. de 11 de Novembro de 1822 para se conhecer dos facciosos, que pertendião a destruição do Trono, á não comprirão? Porque esta Junta he a promotôra desse execrando attentado; esta Junta he a providualmente em sua caza.

Porque razão aqui se fez hum subscripção para ser enviado ao Rio de Janeiro o Padre Venancio Henrique de Rezende, aquelle mesmo proclamador da Republica nas folhas 3.<sup>a</sup> do Maribondo, Pernambuco N.º 1.º? Porque á essa Junta se fazia preciso hum espião vivo, e que tivesse dados para participar-lhes os movimentos da Corte, e sobre as mesmas participações tomarem medidas.

Porque razão tendo sido para esta enviados os Estandartes, primeira Insignia do Imperio do Brazil em dias de Outubro do anno passado, esta Junta os sopitou impedindo o úzo d'elles? Porque esta Junta não estava para apresentar duas bandeiras em tão pouco tempo.

Que motivo houve para alguns da Sociedade Patriotica retirarem as familias desta Praça para fôra em dias de Fevereiro? Porque essa Junta ja tinha marcado o dia para o rompimento da pretendida Republica.

Que razão houve para essa Junta perder no todo a amisade, que tinha ao Governador das Armas? Porque o Governador das Armas não quiz de forma alguma associar-se ao horroroso intento premeditado.

Que razão houve de mandar-se hum terceiro offerecer ao Governador das Armas 12:000\$000 rs., para que este se escusasse por si de governar as Armas? Porque essa Sucia contava de certo, que esse bravo Subdito não se trahindo á nada, era o destruidor da vil traição, que preparavão contra o nosso sempre amado, e querido Imperador.

Qual a razão dessa Junta conservar ainda vivo a Manoel de Car-



valho Paz de Andrade? Aquelle mesmo; que não satisfeito de declarar-se em hum Edital, que em seu nome fez affixar, por falecer hum seu irmão Masson, foi ao Collegio Elleitoral da Matriz desta Praça, e gritou, que taes Deputados se não devião nomear, e que o verdadeiro era a Provincia installar hum Governo Republicano? Porque este infame monstro he hum dos Socios principaes.

Finalmente os Cidadãos probos desta Provincia tiverão em vista todos os planos riscados por essa Junta, e nenhum lhes foi occulto; vião que os membros dessa Junta forão aquelles mesmos, que calcarão aos pés em 1817 os Reaes estandartes: á excepção do Sr. Paula, vião que forão aquelles mesmos, que espatifarão com vil desprezo o Busto Real do melhor dos Soberanos; que forão aquelles mesmos, que concorrerão para se asparem as Armas Portuguezas; forão os mesmos proclamadores da Republica em 1817; que mais tinhão que esperar? Ver a execrandissima execução, á que se tinha essa Junta proposto, e seus consocios.

A salvação da Provincia foi o mesmo Governador das Armas Pedro da Silva Pedrozo, o Sr. Paula, e mais todos os mais, a quem esse Governo abocanha na Pernambucana N. 9, e 10. E como fossem destruidores das criminosas tentativas dessa Junta, são olhados, e atacados com infamia, vilipendio, e horror, e calcados em carceres consumidores: Pois essa Junta descengane-se de humavez, que aos Cidadãos de sentimentos nobres nada ha, que os faça intimidar, e fiquem certos, que elles preferem a morte á associarem-se á denegrida, e horrorosa tentativa de tão perfidos monstros; e a sua baze he adorar ao Deos dos Exercitos debaixo da Religião Catolica, amar ao nosso Augusto Imperador, e respeitar as Leis, e a Constituição.

Afição mais a essa Junta que eu não seria tão profuzo se essa Sociedade de traidores, não provocasse o brio de hum honrado Espectador de embustes, com que se pertendem manchar os mais dignos Cidadãos.

*Circulated with the Diario do Jorno. May*



*Carta, que dirige a hum seu Amigo residente em . . . . .  
certo habitante desta Capital.*

Rio de Janeiro 20 de Maio de 1823.

**A** Migo Máscara. Pois que desejas conhecer a minha opinião sobre os tres seguintes pontos 1.º Amnistia plena &c., 2.º Revogação do Alvará de 30 de Março de 1818, e em 3.º e ultimo lugar, appareição de S. M. I., em meio da Assembleia Brasileira, despido da Coroa Imperial, que devera ter conservado sobre a Sua Augusta Cabeça; responderei como cumpre.

*Amnistia.*

A Amnistia he huma Graça, meu Amigo. Para que hum Governo Monárquico Constitucional seja bem entendido, e não hum monstro, importa que de modo algum exercite este Direito qualquer dos Poderes Legislativo, ou Judicial. O Primeiro destes Poderes fazendo as Leis, jamais deve applical-as. (Bem vêes, que, no caso em questão; se suppõe huma Lei tacita ou expressa, que defira este Direito de Indulto, ou de Graça) Por outro lado, pedindo á razão, que o Poder revestido desse Direito não use d'elle a favor de hum culpado, antes que o Poder Judicial o tenha julgado, e sentenciado; segue-se tãobem, que d'elle não deve dispor o Poder encarregado de sentenciar, e de julgar; pois seria risivel e contradictorio, que hum mesmo Poder a hum mesmo tempo absolvesse, e condemnasse. He por tanto o Direito de Graça hum Direito Real, que só deve, entre nós outros, exercer o Monarcha; quando muito bem lhe parecer, e muito por sua unica vontade.

O Poder Judicial assim na parte militar como civil se limitou até agora a implorar, em certos casos, o exercicio deste bello Direito, mas nunca se propoz a usurpal-o em tempo algum, em nenhum caso. Não vejo, porque a Assembleia possa permittir-se huma ingerencia a este respeito mais lata. Seria começar muito cedo pela anarquia dos Principios, seria cahir na decrepitude dos vicios com mui poucos dias de idade. Espero da sabedoria de alguns Membros, que tenho a honra de conhecer, nos privem de huma scena, e de hum exemplo, tão perigosos como desagradaveis. Serão obvios os resultados; desordem, confusão, subversão, triumpho de cabalas.

He em algumas occasiões muito acertado, e conveniente proclamar a Amnistia a favor dos perturbadores da publica tranquillidade, mas estas occasiões são mui raras. 1.º Quando já punidos os chefes de huma conspiração odiosa só restão membros dessa conspiração mais illusos, que culpados. 2.º Quando se tem dado hum sobejo exemplo de justiça, e se quer conservar huma população quasi exhausta. 3.º Quando ameaçada a existencia do Estado por poderosos inimigos externos, e sendo mui crescido o numero dos de casa se prefere fazer a paz com estes, para lutar com aquelles. Ainda neste caso, Amigo caro, a Lei especula com o crime, e o remedio he tão nocivo como o mal. Huma Sociedade exposta a tal desmancho he indigna de existir, e não mereceria a pena de conservar-se.

Felizmente, estamos em nenhum destes tres casos; e podemos, sem torcer o caminho da justiça, fazer frente áos nossos inimigos irreconciliaveis.

Ameaçados de nossa total dissolução pelos perversos Membros de huma Sociedade secreta, nem os temos punido como inerecem, nem temos dissolvido esta criminosa Sociedade. Pelo contrario, o bandalho Ledo chefe principal desta bandalhissima cabala, vive nutrido-se no odio da Sua Religião, do Seu Imperador, e da sua Patria. As ultimas noticias, que tenho deste miseravel m'o dão recrutando para o Club Carbonario de Monte Video, e intrigando o Brasil em Buenos-Ayres.

Concluo, por tanto, votando contra a Amnistia como impolitica, e subversiva da nossa ordem social; como o maior insulto, que se possa fazer ao Povo Brasileiro, offendido, e não desagradado.

73-341A  
CB  
P8539  
1810  
1  
1-SIZE  
V.I

seu poder todas as Attestações necessárias de boa conducta, exacção, e prestimo durante o seu emprego na Secretaria da Intendencia, como Official e Interprete; e que se requereu a Demissão do Lugar, foi por lhe parecer desairoza a conservação de hum Lugar Publico aonde elle foi tratado tão mesquinamente, tendo sempre cumprido os seus deveres, e sujeitado-se até a servir lugares que jámais lhe poderião pertencer.

---

REQUERIMENTO.

---

SENHOR.

**D**iz Luiz Sebastião Fabregas Surigué, que achando-se desde 19 de Agosto de 1823 empregado em a Secretaria da Intendencia Geral da Policia na qualidade de Interprete e Official della, e tendo servido desde o seu ingresso até meado do mez de Maio proximo passado, teve então o grave desgosto, e desairoza sem-aboria de se ver quasi que insensivelmente envolvido na embriulhada que deo occasião á Portaria do Ministerio da Justiça de 19 de Maio de 1824, que por isso que já foi levada á Augusta Presença de V. M. I., torna inutil nova exposição, visto que nella teria o supplicante de replicar contra a maneira pouco decente, e menos liza com que se procurou indispor o Animo de V. M. I. contra o supplicante: E como que em huma tal situação, e á vista da educação do supplicante, e sua constante conducta, se torna inconsistente com o seu modo de pensar, e de orçar as vantagens e interesses desta vida, continuar a servir no Lugar onde teve de experimentar tão sensível dissabor; — Pede a V. M. I. Se Sirva Ordenar se lhe dê demissão do Lugar de Interprete e Official da Secretariá da Policia, Lugar nunca por elle requerido, e que lhe havia sido conferido pela muito reconhecida concurrencia de circumstancias, de prestimo, e boa conducta, reservando-se o direito de se offerecer a V. M. I. para bem do Serviço Nacional, e na extensão das suas forças; protestando humildemente contra a maneira verdadeiramente desabrida, com que se procurou aggravar na Presença de V. M. I. hum simples desforço contra o augmento de Serviço Oneroso e com clausulas desairosas, como se jámais fosse, ou tivesse sido necessario, estimular o supplicante no desempenho de seus deveres, desempenho não só publico e notorio, como attestado pelas Autoridades com quem lhe coube servir. Roga, por tanto, a V. M. I. Se Digne Ordenar se dê ao supplicante a demissão requerida. E R. M.

Luiz Sebastião Fabregas Surigué.

---

RIO DE JANEIRO 1824. NA TYPOGRAPHIA DE TORRES.





